



**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE – CIB/PR
MEMÓRIA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**

Data da reunião ordinária: 27/10/2015

Horário: 13h30 as 17h30

Participantes	
Membros:	
SEDS	COGEMAS
Letícia Reis (titular)	Sandra Salmoria – Laranjeiras do Sul
Alzenir Santos (suplente Letícia)	Mariangela Broch da Costa – Maria Helena
Elenice Malzoni (titular)	José Roberto Zanchi – Fazenda Rio Grande
Carmen Zadra (Suplente Elenice)	Marcele Renata Cesnik – Nossa Senhora das Graças
Gladys Tortao (titular)	Maria da Silva Souza - Colombo
Maria de Lourdes San Roman (Coordenadora Suplente)	Marcia Fruet – Curitiba Jucimeri Isolda Silveira - Curitiba
Tatiana Possa (titular)	Noeli Parchen – Campo Largo
Membros da Secretaria Executiva:	
Helena Navarro Gimenez– Secretária Executiva CIB/PR	
Marcia Mazzarotto - SEDS	
Darcy Gris – Membro Cogemas	
Vívia Aparecida da Silva Ogg	
Representante do CEAS/PR:	
José Araújo da Silva	

Pauta:

1. Aprovação da pauta da reunião;
2. Aprovação da memória da reunião ordinária da CIB/PR do dia 11/08/15;
3. Informes da Secretaria Executiva da CIB/PR;
4. Novo modelo de Transferência de renda Estadual – Renda Família Paranaense.
5. Capacita SUAS I e II.
6. Plano Estadual de Regionalização.
7. Incentivo do Programa Família Paranaense para reformas, melhorias e ampliações de CRAS.
8. Passe livre intermunicipal para pessoas com deficiência e portadores de doenças crônicas em tratamento fora do município de domicílio.
9. Informes:
 - 9.1 Informes Gerais COGEMAS.

Abertura:

A Coordenadora Suplente da CIB/PR, Maria de Lourdes San Roman, identificando o quórum para o início da reunião, desejou as boas vindas aos membros da CIB e iniciou a leitura dos assuntos de pactuação da CIB/PR.

1. Aprovação da Pauta da reunião:

A Pauta da CIB/PR foi pactuada com a inversão dos pontos de pauta referentes ao Incentivo Família Paranaense e Novo modelo de Transferência de Renda Estadual.



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE – CIB/PR MEMÓRIA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Data da reunião ordinária: 27/10/2015

Horário: 13h30 as 17h30

2. Aprovação da memória da reunião ordinária da CIB/PR do dia 30/06/15:

A memória da CIB/PR da reunião do dia 30/06 foi pactuada, sem solicitações de adequações.

3. Informes da Secretaria Executiva da CIB/PR:

Justificativa de ausência da técnica Odelita Herbet por conta da realização da capacitação de Entrevistadores do Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico para os municípios da regional de Toledo.

4. Incentivo do Programa Família Paranaense para reformas, melhorias e ampliações de CRAS:

A Coordenadora da Proteção Social Básica da SEDS, Gladys Tortato, apresentou a proposta de pactuação dos critérios de partilha e seleção dos municípios prioritários para o recebimento de recursos para a reforma, ampliação e melhorias nos CRAS. Os municípios poderão apresentar proposta de trabalho para o financiamento de reformas, ampliações e melhoria de CRAS, desde que preencham cumulativamente os seguintes requisitos: I - Estar entre os 156 municípios prioritários do Programa Família Paranaense e ter assinado Termo de Adesão e de Compromisso para executar o Programa; II - Não ter sido contemplado com a construção de CRAS com recursos do Governo do Estado do Paraná e Governo Federal, no período entre os anos de 2011 a 2015; III - Possuir CRAS próprio cadastrado no Censo do Sistema Único de Assistência Social – Censo SUAS 2014; IV - Possuir equipe técnica de referência para o PAIF que atenda minimamente o disposto na Resolução no 21, de 2013, da CIT e que esteja devidamente inserida no CadSUAS; VI – Municípios que apresentarem proposta serão hierarquizados por ordem crescente considerando a análise fatorial por componentes principais, com base nos indicadores:

I – Municípios com maior número de famílias incluídas no Programa Família Paranaense, conforme o Sistema Família Paranaense - referência agosto de 2015;

II – Menor IPDM – Índice IPARDES de desempenho municipal (atualizado e publicado); e

III – Maior percentual de famílias em alta vulnerabilidade social, de acordo com os critérios do Programa Família Paranaense, conforme o sistema Família Paranaense – referência agosto de 2015

A CIB/PR pactua o Incentivo dos recursos do BID para a reforma, melhorias e ampliações dos CRAS.

5. Capacita SUAS I e II:

A Coordenadora da Gestão do SUAS, Tatiana Possa, relatou sobre a necessidade de prorrogação de prazo do Termo de Cooperação nº18/2013 entre a Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDS, Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SETI e as Universidades Estaduais UEL, UEM, UEPG, UNIOESTE e UNICENTRO para a execução do CAPACITASUAS I, o qual se encerra no dia 21/11/2015. Ela propõe essa prorrogação para mais doze meses, a partir de novembro de 2015.

A CIB/PR pactua pela prorrogação do Termo de Cooperação por mais doze meses.



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE – CIB/PR MEMÓRIA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Data da reunião ordinária: 27/10/2015

Horário: 13h30 as 17h30

6. Plano Estadual de Regionalização:

A coordenadora da CPSE – Elenice Malzoni – iniciou a apresentação sobre as adequações indicadas em parecer do MDS sobre o Plano de Regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial para a Média e Alta Complexidade. Segue quadro abaixo com os apontamentos considerados como adequados e pontos a serem adequados de cada um dos serviços, bem como quais as alterações que a CPSE sugere para encaminhar ao MDS.

1) SERVIÇO DE MÉDIA COMPLEXIDADE – PAEFI/CREAS

	Avaliação MDS	Proposta CPSE/SEDS
Parecer	Parcialmente Favorável	
Considerações Adequadas	Diagnóstico Sócio-territorial	
	Existência de escritórios regionais, destinados ao assessoramento das respectivas regiões.	
Considerações a Serem Adequadas	Ausência de informações sobre a população dos entes elegíveis.	Inserido informação referente a população dos 24 municípios que realizaram o aceite.
	Ausência da forma de repasse de recursos;	O repasse de recursos será realizado via fundo a fundo.
	Falta de detalhamento dos instrumentos de formalização do aceite a ser adotado.	Será anexado o Modelo de Termo de Adesão assinado pelos municípios, bem como do Plano de Ação que foi preenchido via sistema pelos respectivos municípios.

Considerando que dos 24 municípios elegíveis contidos no Plano de Regionalização, um município (Nova Cantu) desistiu da implantação de CREAS, assim existe a possibilidade de outros virem a não aceitar. Nesse contexto há necessidade de identificar municípios suplentes ampliando os critérios anteriormente pactuados na CIB e efetivamente implantar 24/CREAS/PAEFI Municipais.

A proposta é de permanecer: com os municípios que apresentam demanda de acordo com o Estudo realizado pela SEDS; retirar municípios que possuem CREAS com recurso Federal, bem como os municípios que possuem repasse de recurso estadual vigente. E inserir os municípios abaixo de 5 mil habitantes, que na proposta anterior estavam fora. Sendo assim, nessa proposta ficaremos com 18 municípios suplentes, seguindo o mesmo ordenamento da proposta anterior: municípios pela microrregião com menor quantidade de CREAS, municípios com maior demanda (IDA-CREAS) e municípios com rede de serviços (PESERS). Segue no quadro 1 abaixo os municípios:

Quadro 1- Municípios ranqueados como suplentes para Regionalização da Média Complexidade.

Nº	Município	População	Porte	Escritório Regional	Microrregião IBGE
1	Bela Vista da Caroba	3.945	Pequeno Porte I	Francisco Beltrão	Capanema



**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE – CIB/PR
MEMÓRIA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**

Data da reunião ordinária: 27/10/2015

Horário: 13h30 as 17h30

2	Fênix	4.802	Pequeno Porte I	Campo Mourão	Campo Mourão
3	Farol	3.472	Pequeno Porte I	Campo Mourão	Campo Mourão
4	Inajá	2.988	Pequeno Porte I	Paranavaí	Paranavaí
5	Anay	2.874	Pequeno Porte I	Cascavel	Cascavel
6	Rio Bom	3.334	Pequeno Porte I	Apucarana	Faxinal
7	Ângulo	2.859	Pequeno Porte I	Maringá	Astorga
8	Altamira do Paraná	4.306	Pequeno Porte I	Campo Mourão	Goioerê
9	Lobato	4.401	Pequeno Porte I	Maringá	Astorga
10	Uniflor	2.466	Pequeno Porte I	Maringá	Astorga
11	Munhoz de Melo	3.672	Pequeno Porte I	Maringá	Astorga
12	Cruzeiro do Iguaçu	4.278	Pequeno Porte I	Francisco Beltrão	Francisco Beltrão
13	Pinhal de São Bento	2.625	Pequeno Porte I	Francisco Beltrão	Francisco Beltrão
14	Cafezal do Sul	4.290	Pequeno Porte I	Umuarama	Umuarama
15	Esperança Nova	1.970	Pequeno Porte I	Umuarama	Umuarama
16	Ramilândia	4.134	Pequeno Porte I	Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu
17	Barra do Jacaré	2.727	Pequeno Porte I	Jacarezinho	Jacarezinho
18	Porto Amazonas	4.514	Pequeno Porte I	Ponta Grossa	Lapa

2) SERVIÇO DE ALTA COMPLEXIDADE - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS

Avaliação MDS		Proposta CPSE
Parecer	Desfavorável	
Considerações Adequadas	Diagnóstico Socioterritorial e Estudos realizado para o Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens e para Adultos e Famílias.	
	Participação da CIB e do CEAS.	
	Aproximação com a realidade dos municípios.	
	Atenção aos "arranjos locais".	
	Integração do processo de implantação dos serviços regionalizados, apoio e capacitação dos municípios para reordenamento.	
Considerações a Serem Adequadas	Indicação das modalidades de serviço.	<u>Modalidade Casa Lar</u> – 20 metas; <u>Modalidade República</u> – 30 metas distribuídas



**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE – CIB/PR
MEMÓRIA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**

Data da reunião ordinária: 27/10/2015

Horário: 13h30 as 17h30

	<p>A forma de execução dos serviços.</p>	<p>em 05 unidades de Acolhimento.</p> <p><u>Modalidade Casa Lar</u> – Execução de forma indireta, por meio de entidade socioassistencial e/ou em regime de cooperação com os municípios da área de abrangência da regionalização.</p> <p>Serão financiadas pelo Gov. Estadual e Cofinanciadas pelo Gov. Federal em Casas Lares já existentes no Estado, por termos já demonstrado no Plano que existem vagas ociosas, no entanto, existe demanda específica para atendimento (criança/adolescente com deficiência e/ou transtorno mental associado).</p> <p><u>Modalidade República</u> – Execução de forma indireta, por meio de entidade socioassistencial e/ou em regime de cooperação com os municípios.</p>
	<p>Definição dos municípios sede e vinculados por cada serviço regionalizado.</p>	<p><u>Modalidade Casa Lar</u> – considerando o alto índice de acolhimento no Estado, bem como o estudo realizado com os municípios em que são identificados sobra de vagas na rede. Apesar disso, a Coordenação recebe demandas específicas de acolhimento . Assim há necessidade de previsão de recursos para atendimento dessa demanda pulverizada, dentro do território, no próprio município ou o mais próximo possível do município de origem da criança/adolescente, prevalecendo o direito a convivência familiar e comunitária. Desta forma, não seriam identificados municípios sede e vinculados, visto que a Central de Acolhimento irá verificar junto ao município de origem ou nos municípios do entorno para a articulação do acolhimento.</p> <p><u>Modalidade República</u> – após estudo realizado pela ATGI/SEDS, foram identificados os municípios/ microrregiões que possuem mais atendimento na faixa etária de 14 a 21 anos em municípios de Pequeno Porte 1 e 2, que segue no quadro 2 abaixo. Cujos CRITÉRIOS PARA FILTRO E HIERARQUIZAÇÃO foram:</p> <ul style="list-style-type: none">• Municípios com maior atendimento na faixa etária de 14 a 21 anos;



**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE – CIB/PR
MEMÓRIA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**

Data da reunião ordinária: 27/10/2015

Horário: 13h30 as 17h30

		<ul style="list-style-type: none">Municípios de PPI e PPII;Considerar indicação do governo federal:<ul style="list-style-type: none">4 a 8 municípios vinculados;Somatória de população até 160 mil;Tempo deslocamento no máximo 2 horas. <p>Obs.: A definição de municípios sede e vinculados dependerá de mobilização e articulação com as respectivas macro/micro/municípios.</p>
Demonstrar a existência de CREAS nas regiões onde serão implantados Serviços Regionalizados de Alta Complexidade.	Quadro 2 abaixo está informado quanto a existência de CREAS nos possíveis municípios vinculados.	
A implantação da Casa Lar em Curitiba.	Essa implantação e financiamento será com recursos exclusivos estaduais.	
Detalhar a Central de Acolhimento.	Processo que necessita discussão, embora a CPSE já tenha experiência no processo de articulação e mobilização da rede, municípios e SJ, para futuramente constituir protocolos e fluxos.	
Articular com a Rede Socioassistencial, Sistema de Justiça e de Garantia de Direitos, de cada região.	Está previsto para novembro de 2015 a realização de reunião com o Sistema de Justiça e de Garantia de Direitos, para discutir aspectos do Plano de Regionalização.	
Apresentar as atribuições de cada ente e da Rede Socioassistencial.	Isto será discutido e construído conjuntamente, em ocasião oportuna, com os municípios envolvidos.	

Quadro 2 – 1º Exercício - Relação de possíveis microrregião, municípios sede e vinculados para o Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade República.

Microrregião IBGE	Município Sede	Municípios Vinculados * com CREAS ** Regionalização CREAS Municipal	Metas
Curitiba/ Paranaguá	Curitiba*	Mandirituba*, Campo Magro*, Morretes*, Pontal do Paraná*, Contenda*, Rio Branco do Sul*, Bocaiúva do Sul, Itaperuçu*	06



**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE – CIB/PR
MEMÓRIA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**

Data da reunião ordinária: 27/10/2015

Horário: 13h30 as 17h30

Guarapuava/ Prudentópolis	Guarapuava*	Prudentópolis*, Candói, Laranjeiras do Sul*, Foz do Jordão, Quedas do Iguaçu* e Inácio Martins	06
Capanema/ Cascavel/ Toledo	Cascavel*	Bela Vista da Caroba, Capitão Leônidas Marques, Guaraniaçu**, Três Barras do Paraná**, Santa Helena*, Palotina*, Terra Roxa, Formosa do Oeste	06
Maringá/ Astorga	Maringá *	Mandaguacu*, Colorado*, Marialva*, Astorga*, Santa Fé, Nova Esperança* e Mandaguari*	06
Goioêre/ Campo Mourão	Campo Mourão*	Goioêre*, Peabiru, Juranda, Iretama, Campina da Lagoa*, Ubiratã*, Engenheiro Beltrão**, Barbosa Ferraz	06

***Obs.:** Poderá ocorrer alteração dos municípios sede e vinculados, após articulação e mobilização.

3) SERVIÇO DE ALTA COMPLEXIDADE - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADULTOS E FAMÍLIAS

	Avaliação MDS	Proposta CPSE
Parecer	Desfavorável	
Considerações Adequadas	Diagnóstico Socioterritorial e Estudos realizado para o Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens e para Adultos e Famílias. Participação da CIB e do CEAS.	
Considerações a serem Adequadas	Indicação das modalidades de serviço. A forma de execução dos serviços. Definição dos municípios sede e vinculados por cada serviço regionalizado.	Modalidade Casa de Passagem – 50 metas. Execução de forma indireta, por meio de entidade socioassistencial e/ou em regime de cooperação. Os municípios sede estão identificados abaixo no Quadro 3. Obs.: Porém, para identificação dos municípios vinculados serão necessárias articulações e mobilização para identificação de demanda e municípios vinculados.

Quadro 3 – Possíveis municípios sede e vinculados para o Serviço de Acolhimento Institucional para



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE – CIB/PR MEMÓRIA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Data da reunião ordinária: 27/10/2015

Horário: 13h30 as 17h30

Adultos e Famílias

Microrregião	Município Sede	Municípios Vinculados	Meta – 50 vagas
Curitiba	Curitiba	Serão atendidos até 08 municípios por microrregião que apresentarem maior demanda (depende de aceite por parte dos municípios)	
Londrina	Londrina		
Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu		

As gestoras do município de Curitiba, Juciméri e Marcia, posicionaram-se contrárias a proposta nos seguintes aspectos: definição de Curitiba como Sede sem nenhuma contra partida de cofinanciamento, considerando os impactos no acesso às demais políticas públicas, como saúde e educação, bem como a ausência de tratativas de negociação com os municípios. A insuficiência de vagas considerando que só Curitiba tem demanda para aproximadamente 70 jovens/ano; inconsistência de estudos para definição de uma Região de Assistência Social que considere a região metropolitana; falta de articulação com o Sistema de Justiça para entendimento sobre regionalização da Proteção Social Especial, e inconsistência na proposta de estruturação da Central de Acolhimento. Por fim, foi consensuado a necessidade de reavaliação, sobre impacto e rede necessária, e principalmente os protocolos de atendimento (sede e vinculado), definindo fluxos e responsabilidades. A gestão estadual tem clareza desse processo, sendo que realizará as articulações e mobilizações necessárias no momento de implementação do Plano, inclusive com reavaliações periódicas desse planejamento atualizando-o e aprimorando-o, o que poderá acontecer já nessas primeiras reuniões junto aos municípios propostos como sede e vinculados com a possibilidade de alterar este cenário.

Por fim, após os esclarecimentos e compromissos firmados pela Gestão Estadual para as adequações necessárias, a CIB/PR pactou as alterações do Plano Estadual de Regionalização.

7. Novo modelo de Transferência de Renda Estadual – Renda Família Paranaense.

A representante da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDS, Letícia Reis, apresentou aos presentes proposta de reformulação do **Renda Família Paranaense**, com base nos estudos internos desenvolvidos pela própria Secretaria em que se considerou que o valor repassado às famílias atualmente é muito baixo e por isso, pouco efetivo. Apresentou dados sobre a flutuação de famílias que recebem o benefício, onde mais de 30% recebeu a complementação estadual somente de 1 a 6 vezes. Ressaltou também que cerca de 82% das famílias recebem valores inferiores a R\$ 40,00, e o benefício médio do Estado hoje é de R\$ 30,00.

A proposta apresentada prevê a focalização dos recursos nas famílias prioritárias em alta vulnerabilidade social acompanhadas pelo PAIF-Família Paranaense, moradoras nos municípios prioritários do Programa, aqueles com indicadores sociais mais críticos, selecionados por critérios objetivos deliberados no CEAS. O montante investido por ano passaria de R\$ 30 milhões para R\$ 18 milhões, sendo que esta diferença de R\$ 12 milhões será direcionada para



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE – CIB/PR MEMÓRIA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Data da reunião ordinária: 27/10/2015

Horário: 13h30 as 17h30

o fortalecimento da assistência social nos municípios, por meio de repasse fundo a fundo. A coordenadora do Família Paranaense indica que, em 2016, seriam atendidas 16 mil famílias em 156 municípios, com possibilidade de expansão a médio prazo.

A representante da SEDS apresentou um quadro comparativo entre o modelo atual e o proposto para 2016. No modelo atual o objetivo “Complementar renda mensal familiar per capita para R\$ 10,00 acima da linha de extrema pobreza, auxiliando a família na situação de vulnerabilidade de renda”, por isso o valor é variável e por tempo indeterminado. No estudo do novo modelo, o objetivo passa a ser “Complementar a renda mensal familiar com valor fixo mensal, incentivando o cumprimento dos compromissos da família na superação de suas vulnerabilidades”. No novo modelo, as famílias inseridas ou não no PBF, passarão a receber um valor fixo pelo período de 2 anos, focalizando a ação a 156 cidades com maior concentração de pobreza, ao invés de atender de forma pulverizada os 399 municípios do Estado.

O gestor de Palotina aponta a importância da nova proposta, reforçando a importância de que a gestão municipal seja fortalecida, para que de fato as famílias superem as vulnerabilidades por meio dos serviços.

Jucimeri Silveira, suplente da gestora Márcia Fruet questionou alegando preocupação com as famílias de Curitiba, pois a proposta atingirá cerca de 12 mil famílias do município. Refere que o Paraná vem se destacando na superação da pobreza e que a nova proposta apresentada poderá levar de volta famílias à situação de extrema pobreza. Questiona inclusive o período de 2 anos, dada a lógica brasileira da complementação de renda como direito. Entende que os critérios novos fogem da pactuação nacional, já que está prevista a possibilidade de famílias serem contempladas fora dos critérios atuais.

Os gestores José Zanchi de Fazenda Rio Grande e o gestor de Palotina Darci posicionaram-se favoráveis ao novo formato apresentado pela SEDS. Márcia Fruet questionou o não envio da proposta com antecedência para devida discussão antes da reunião. Jucimeri perguntou se as famílias serão avisadas que não receberão mais o complemento e ponderou que esta decisão contribui para aumentar a vulnerabilidade social das famílias mais pobres no Paraná, o que não combina com as avaliações positivas de redução da pobreza feitas pela gestão.

Letícia Reis reforça que as famílias não voltarão à extrema pobreza pois o Paraná complementa para que as mesmas fiquem sempre 10,00 acima da linha da extrema pobreza definida pela União.

Após as discussões e posicionamentos contrários e favoráveis já relatados, a coordenadora suplente da CIB, Maria de Lourdes, encaminhou pela pactuação do novo modelo proposto.

8. Passe livre intermunicipal para pessoas com deficiência e portadores de doenças crônicas em tratamento fora do município de domicílio.

A Assessora Especial da Pessoa com Deficiência da SEDS, Flavia Bandeira Cordeiro, apresentou a proposta de adequação de fluxos e procedimentos referentes ao Benefício do Passe Livre Intermunicipal.

Ela apresentou a proposta de Sistema a ser preenchido pelos técnicos dos CRAS, ao invés do encaminhamento de todas as documentos à SEDS, tornando a concessão do benefício mais célere e com Integração com o CadÚnico.



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE – CIB/PR MEMÓRIA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Data da reunião ordinária: 27/10/2015

Horário: 13h30 as 17h30

A CIB/PR pactua pelas reformulações dos fluxos e procedimentos apresentados.

9. Informes:

9.1 Informes Gerais COGEMAS:

José Roberto Zanchi informou da probabilidade de cancelamento da reunião descentralizada do CONGEMAS em Gramado – RS e transferência para Brasília. Ele também informou sobre a reunião descentralizada no COGEMAS em Foz do Iguaçu nos dias 10/11.

- A Coordenadora da CPSB informou sobre a realização da Web Conferência no dia 04/11 as 14h00 sobre o novo cálculo do IGD para os Estados e Municípios.